

# RACIONALIDADE INSTRUMENTAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL: UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA CRÍTICA DA ESCOLA DE FRANKFURT

Patrícia dos Santos Bigoli <sup>1</sup>  
Ademir Henrique Manfré <sup>2</sup>

## RESUMO

O artigo intitulado “Racionalidade Instrumental na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: Uma análise à luz da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt” é um recorte de nossa pesquisa de mestrado em educação, cujo objetivo é refletir sobre o conceito adorniano de racionalidade instrumental no cenário político contemporâneo da educação profissional e tecnológica no Brasil. O artigo, inicialmente, contextualiza a educação profissional no cenário brasileiro. Posteriormente, objetiva-se compreender a influência da instrumentalização da razão na formulação e implementação de políticas públicas educacionais, especificamente aquelas voltadas ao ensino profissional e tecnológico pela perspectiva da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt. A abordagem qualitativa, por meio de estudo bibliográfico e documental, foi adotada para compreender as diretrizes das políticas educacionais, as práticas institucionais e a influência da lógica econômica na esfera educacional. Por conseguinte, destacam-se as tensões entre a busca por eficiência econômica e a necessidade da autonomia e do pensamento crítico na formação profissional, denunciando os limites de uma educação baseada na racionalidade instrumental. Propõe-se, ao final, uma reflexão sobre possíveis alternativas que visam compreender os desafios para promover processos formativos emancipatórios. Vimos na Teoria Crítica um referencial teórico-filosófico que contempla a possibilidade de análise crítica das políticas públicas para o ensino profissional e tecnológico.

**Palavras-chave:** Teoria Crítica, Racionalidade Instrumental, Educação Profissional.

## INTRODUÇÃO

A educação profissional e tecnológica (EPT) no Brasil tem se consolidado como um dos principais pilares para a formação e inserção de indivíduos no mundo do trabalho, especialmente em um cenário caracterizado por rápidas transformações econômicas e sociais. As políticas públicas educacionais vêm reforçando o papel da EPT ao aproximar os currículos das demandas do setor produtivo, priorizando a formação de trabalhadores aptos a responderem à lógica da empregabilidade e da eficiência produtiva. Essa abordagem, contudo, traz implicações profundas para a formação educacional.

A partir da perspectiva da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, e em especial com base no conceito de racionalidade instrumental desenvolvido por Theodor Adorno,

---

<sup>1</sup> Mestranda do PPGE da Universidade do Oeste Paulista - Unoeste – campus de Presidente Prudente/SP, [pattybigoli@hotmail.com](mailto:pattybigoli@hotmail.com);

<sup>2</sup> Professor orientador: Doutor em Educação, Universidade do Oeste Paulista - Unoeste – campus de Presidente Prudente/SP, [ademirmanfre@unoeste.br](mailto:ademirmanfre@unoeste.br).

é possível analisar criticamente como a EPT pode se tornar um mecanismo de reprodução das estruturas de poder e dominação, subordinando os objetivos educativos unicamente a objetivos econômicos. Esse tipo de racionalidade, ao focar exclusivamente na utilidade imediata e na adequação ao mercado, compromete o potencial da educação como resistência promotora de autonomia e do pensamento crítico, convertendo-a em um instrumento de controle social.

Diante desse quadro, o presente estudo objetiva investigar como a racionalidade instrumental influencia a formulação e implementação de políticas públicas da EPT no Brasil. Além disso, busca-se compreender como essa lógica molda as práticas educacionais e os processos formativos, muitas vezes limitando a formação crítica e emancipatória a um processo adaptativo. O artigo parte de um recorte de nossa dissertação de mestrado em educação em andamento, que investiga o papel da coordenação pedagógica nas Escolas Técnicas Estaduais do Centro Paula Souza na promoção de processos formativos emancipatórios.

A justificativa para o desenvolvimento desta pesquisa reside na necessidade de uma análise crítica das políticas educacionais que norteiam a EPT no Brasil, especialmente no contexto contemporâneo em que a educação é frequentemente subordinada às exigências do mercado. Esse recorte se mostra relevante para compreender os desafios e as oportunidades de superação dessa racionalidade instrumental, propondo alternativas que contribuam para a formação integral dos indivíduos.

A metodologia adotada consiste em uma abordagem qualitativa com base em estudo bibliográfico e documental, permitindo investigar as políticas educacionais e suas influências a partir da perspectiva da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt. Diretrizes curriculares nacionais, leis e documentos oficiais que regem a EPT foram analisadas, buscando-se identificar como a racionalidade instrumental permeia as práticas institucionais e as diretrizes políticas.

Este artigo está estruturado em quatro seções: após a introdução, o referencial teórico apresenta a Teoria Crítica e o conceito de racionalidade instrumental. A seguir, a seção de resultados e discussão analisa a tensão entre a busca pela eficiência econômica e a necessidade de uma formação crítica e autônoma. Finalmente, as considerações finais refletem sobre possíveis alternativas para superar os limites por uma educação baseada na racionalidade instrumental e apontam metas para o desenvolvimento de uma EPT mais emancipadora.

## **METODOLOGIA**

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa que possibilita uma análise interpretativa das influências da racionalidade instrumental na formulação e implementação de políticas educacionais. Nesse contexto, a pesquisa com protocolo de aprovação do CEP nº. 78139924.5.0000.5515 se debruça com um delineamento descritivo-analítico sobre a relação entre educação e sociedade, examinando como as diretrizes educacionais para a EPT refletem e reproduzem a lógica econômica predominantemente, ou seja, “descobrir a existência de associações entre variáveis e a natureza dessas associações” (Gil, 2008, p. 28).

Para atingir os objetivos propostos, foi realizado um estudo bibliográfico e documental. A revisão bibliográfica teve como objetivo investigar as contribuições teóricas da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, com ênfase no conceito de racionalidade instrumental desenvolvido por Adorno e Horkheimer. Foram consultadas obras clássicas da Teoria Crítica, bem como estudos contemporâneos que refletem esse referencial no campo educacional. Essa revisão teórica fundamenta a análise crítica da educação profissional e tecnológica, permitindo compreender os processos de instrumentalização da razão no contexto das políticas formativas.

Além da revisão bibliográfica, o artigo também se baseou em um estudo documental voltado à análise de documentos oficiais e normativos que regem a educação profissional e tecnológica no Brasil. Foram analisados documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), o Plano Nacional de Educação (PNE), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e demais políticas públicas que impactam diretamente a organização e a oferta desse nível de ensino. A análise documental permitiu identificar os discursos e as diretrizes que orientam a formulação das políticas educacionais, evidenciando a presença da racionalidade instrumental em seus princípios e objetivos.

A coleta de dados foi realizada por meio da revisão de literatura para identificação de obras clássicas e artigos presentes no portal Scielo para análise quanto a relação entre racionalidade instrumental e a sua presença na educação profissional e tecnológica no Brasil.

O processo de análise dos dados foi realizado por meio da análise de conteúdo, considerada por Bardin (2016, p. 44) “[...] como um conjunto de técnicas de análises de

comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Nesse caso, a categoria de análise foi definida a partir do conceito teórico da Teoria Crítica de “racionalidade instrumental”. Essa categoria orientou a leitura crítica dos documentos e dos textos bibliográficos permitindo a análise comparativa sobre os objetivos da EPT a partir da instrumentalização da razão.

Por fim, é importante destacar que o artigo busca contribuir para o debate sobre os desafios e as possibilidades de superação da racionalidade instrumental na formação profissional, desenvolvendo uma educação mais crítica e emancipadora.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A análise da educação profissional e tecnológica à luz da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt envolve uma reflexão sobre os processos de formação educacional e suas implicações sociais. A partir do conceito de racionalidade instrumental desenvolvido por Adorno e Horkheimer, é possível compreender como a educação, em contextos dominados pela lógica capitalista, torna-se um instrumento de adequação dos indivíduos às necessidades do mercado de trabalho, ao invés de promover a autonomia e emancipação.

A Teoria Crítica propõe um rompimento com as formas tradicionais de formação que priorizam a eficiência e o controle para propor uma crítica ao modo como a sociedade transforma os indivíduos ao adaptá-los ao sistema econômico. É a partir da publicação do texto “Teoria da Semicultura”, de Adorno, que reflexões sobre o processo formativo e o conceito de semicultura podem suscitar aproximações com a educação profissional e tecnológica contemporânea.

A semiformação, segundo Adorno, é uma forma deformada de formação cultural que ocorre quando o processo educativo é interrompido ou superficial. Trata-se de uma formação incompleta, que absorve conteúdos culturais de maneira fragmentada e alienada, sem uma reflexão crítica sobre esses conhecimentos. A semiformação transforma o conhecimento em um bem consumível desvinculado de seu potencial formativo e crítico, resultando em indivíduos que reproduzem mecanicamente as normas sociais sem questioná-las. No contexto da educação, isso significa que o processo educativo não consegue promover uma compreensão real das contradições sociais e econômicas, contribuindo para a manutenção das estruturas de poder dominantes.

Como aponta Adorno, "a semiformação passou a ser a forma dominante da consciência atual, o que exige uma teoria que seja abrangente" (Adorno, 1996, p. 2). Isso é principalmente evidente na educação profissional onde o foco na formação técnica sobrepõe-se ao desenvolvimento integral do indivíduo, comprometendo o potencial da educação como promotora da emancipação.

O conceito de semiformação está diretamente relacionado à ideia de racionalidade instrumental discutida por Adorno e Horkheimer na "Dialética do Esclarecimento". Como enfatiza Adorno, "a racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação. Ela é o carácter compulsivo da sociedade alienada de si mesma" (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 57). A racionalidade instrumental reduz a razão a um simples projeto de eficiência e utilidade, sem considerar os fins emancipatórios e éticos da educação. Sob essa perspectiva, a semiformação é um produto da racionalidade instrumental, que transforma o conhecimento em um meio de reprodução das relações de poder, passando a funcionar como um instrumento de controle social.

Posteriormente, o conteúdo da razão foi arbitrariamente reduzido a ser simplesmente uma parte deste conteúdo, em sua extensão, e apenas a um dos seus princípios, na sua composição; o particular tomou o lugar do universal. Este tour de force no domínio intelectual preparou o terreno para o uso da força no domínio político (Horkheimer, 2002, p. 26).

No campo educacional, a racionalidade instrumental se manifesta quando as políticas educacionais são reduzidas a um meio de alcançar objetivos, como a formação de mão de obra adaptada às necessidades do mercado, ignorando os fins emancipatórios que deveriam guiar o processo formativo. Adorno argumenta que, sob a racionalidade instrumental, o conhecimento perde seu valor crítico e reflexivo, tornando-se um recurso técnico específico para a reprodução das estruturas existentes. Isso afeta diretamente as práticas educacionais ao transformar o ensino em um instrumento de conformação, limitando sua capacidade crítica e sua função libertadora. As consequências da dominação e alienação no contexto educacional são apresentadas por Adorno no debate radiofônico "Educação – para quê?" publicado na obra *Educação e emancipação*:

Penso sobretudo em dois problemas difíceis que é preciso levar em conta quando se trata de emancipação. Em primeiro lugar, a própria organização do mundo em que vivemos é a ideologia dominante – hoje muito pouco parecida com uma determinada visão de mundo ou teoria –, ou seja, a organização do mundo converteu-se a si mesma imediatamente em sua própria ideologia. Ela exerce uma pressão tão intensa sobre as pessoas que supera toda educação. (...) No referente ao segundo problema (...) emancipação significa o mesmo que

conscientização, racionalidade (...) A educação seria impotente se ignorasse a adaptação e não preparasse os homens para se orientarem no mundo. Porém seria questionável igualmente se ficasse nisto, produzindo nada além de well adjusted people, em consequência do que a situação existente se impõe no que tem de pior (Adorno, 1995, p. 143).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A influência da instrumentalização da razão na educação profissional e tecnológica pode ser observada nas mudanças históricas que moldaram o desenvolvimento dessa modalidade de ensino no Brasil. A promulgação da Lei Federal nº 5.692/71, que tornou obrigatória a profissionalização no ensino de 2º grau, foi um marco significativo que evidenciou o caráter tecnicista da educação naquele momento.

Historicamente, essa lei provocou diversas manifestações de descontentamento, uma vez que priorizou o ensino técnico em detrimento da formação geral, acarretando uma crise de identidade na educação profissional.

Até meados da década de 70, deste século, a formação profissional limitava-se ao treinamento para a produção em série e padronizada, com a incorporação maciça de operários semiqualeificados, adaptados aos postos de trabalho, desempenhando tarefas simples, rotineiras e previamente especificadas e delimitadas. Apenas uma minoria de trabalhadores precisava contar com competências em níveis de maior complexibilidade, em virtude da rígida separação entre o planejamento e a execução. Havia pouca margem de autonomia para o trabalhador, uma vez que o monopólio do conhecimento técnico e organizacional cabia, quase sempre, apenas aos níveis gerenciais. A baixa escolaridade da massa trabalhadora não era considerada entrave significativo à expansão econômica (Brasil, 1999).

Após a crise gerada por essa abordagem tecnicista, novas reconfigurações ocorreram nas políticas educacionais, sendo a principal delas a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/96). Essa legislação apresentou uma nova articulação entre o ensino médio e a educação profissional, buscando devolver ao ensino médio sua missão de formação geral e orientar os cursos técnicos para as demandas de uma sociedade em transformação.

A rearticulação curricular entre o ensino médio e a educação profissional de nível técnico orienta-se por dois eixos complementares: devolver ao ensino médio a missão e carga horária mínima de educação geral, que inclui a preparação básica para o trabalho, e direcionar os cursos técnicos para a formação profissional em uma sociedade em constante mutação (Brasil, 1996).

Mais recentemente, no contexto das contrarreformas educacionais iniciadas em 2016, Pelissari (2023) cita três etapas da reforma da EPT: a primeira (2016-2018) marca

a introdução da pedagogia das competências e o enfraquecimento do Ensino Médio integrado; a segunda (2018-2021) consolida a fragmentação curricular com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Programa Novos Caminhos (PNC); a terceira etapa (2021 em diante) generaliza os princípios da contrarreforma para toda a EPT. Segundo Pelissari (2023), a reforma da EPT é parte de um projeto de contrarreformas neoliberais que busca adaptar a educação às necessidades do mercado de trabalho, em detrimento da formação humana integral.

Diante desse cenário, autores como Freitas (2011) e Silva (2018) nos alertam para um caminho que pode se caracterizar como um neotecnicismo caracterizado por um processo de ensino e de aprendizagem centrado nos resultados, mirando a eficiência e a produtividade, resgatando a racionalidade técnica dos anos setenta.

Como indica Pelissari (2023), a pedagogia das competências, central na reforma, limita o conhecimento à sua aplicabilidade imediata ao mercado de trabalho. Isso se reflete na EPT em que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica (DCNEPT) de 2021 enfatizam competências profissionais voltadas à empregabilidade.

A pedagogia das competências, ao focar na produção de habilidades diretamente ligadas à empregabilidade reforça a lógica da racionalidade instrumental que transforma o processo educativo em um meio para atender a especificidades externas, sobretudo econômicas. Essa lógica instrumental também permeia a educação, especialmente a profissionalizante em que o foco se torna a produção de "trabalhadores eficientes" para o sistema econômico, negligenciando a formação de indivíduos críticos e autônomos.

A ênfase na "utilidade" do conhecimento, como apontado por Adorno e Horkheimer (1985), exemplifica essa tendência. A educação profissional e tecnológica, sob a influência da razão instrumental, prioriza o ensino de habilidades técnicas e profissionalizantes preparando os indivíduos para ocupar posições predefinidas na divisão do trabalho. Essa abordagem pode levar a uma formação alienante em que o indivíduo se torna um mero instrumento do sistema produtivo, incapaz de refletir criticamente sobre sua posição e seu papel na sociedade.

A racionalidade instrumental, que visa a eficiência e a utilidade prática, torna-se o motor da pedagogia das competências no contexto neoliberal, moldando a educação com o objetivo de formar indivíduos adaptados ao mercado de trabalho. A escola se torna um espelho da empresa, adotando modelos de gestão e avaliação baseados em resultados

e métricas. A lógica empresarial permeia todos os aspectos da educação, desde a organização curricular até a relação entre professores, alunos e gestores.

A “revolução gerencial” que se fez estratégica e produtiva na condução de uma empresa, é assumida como modelo de orientação no sistema educativo, que se voltou para a formação de competências e que se propõe como objetivo a eficácia das atividades administrativas: gerir a escola como uma empresa (Pucci, 2018, p. 608).

É importante ressaltar que a crítica à pedagogia das competências não se trata de negar a importância da formação profissional e do desenvolvimento de habilidades para o mercado de trabalho. O problema reside na subordinação da educação à lógica do mercado em detrimento de uma formação integral que promova o desenvolvimento do pensamento crítico, da autonomia do pensamento e da responsabilidade social.

Outro aspecto de grande impacto nas novas DCNEPT é a tendência à privatização da EPT, também citado por Pelissari (2023) que permite a composição de currículos integrados a partir da articulação entre diferentes instituições ou esferas administrativas, incluindo a parceria entre o Estado e o mercado educacional privado. Essa medida, combinada com a ênfase na oferta de cursos técnicos concomitantes intensifica a participação do setor privado na EPT, fragilizando a educação pública e aprofundando a dualidade estrutural do sistema educacional.

Conforme apontam Moraes, Reis, Alencar (2022) no texto que analisa a crescente influência de agentes privados na educação profissional em São Paulo, particularmente no Centro Paula Souza (CPS) entre 1995 e 2018, a participação de empresas na elaboração dos currículos do CPS, como Google, Microsoft e IBM demonstra a forte influência do setor privado na educação profissional.

A influência do setor privado na educação profissional e tecnológica pode ser vista como uma manifestação da racionalidade instrumental em que o currículo é moldado para atender às demandas imediatas do mercado de trabalho. As empresas, buscando maximizar seus lucros, tendem a priorizar a formação de profissionais com habilidades específicas e facilmente adaptáveis às suas necessidades, reforçando a visão do conhecimento como instrumento para a produção e o controle. Como possíveis consequências, a participação do setor privado na definição curricular pode levar a uma ênfase excessiva em habilidades técnicas e profissionalizantes em detrimento de uma formação mais humanística e crítica; a instrumentalização da educação, impulsionada pela influência do setor privado, pode comprometer a autonomia das instituições de

ensino e a liberdade dos educadores e a ênfase na formação de profissionais adaptáveis às demandas do mercado pode levar à desvalorização do pensamento crítico, da criatividade e da capacidade de questionamento.

A crítica de Adorno (1995) ao sistema educacional destaca a necessidade de romper com a padronização e o pensamento instrumental, valorizando a experiência individual e a crítica aos regimes de verdade, incentivando a autonomia e o pensamento crítico. Uma educação voltada à autonomia, ao pensamento crítico e à emancipação necessita estimular a reflexão sobre os valores e as crenças que moldam a sociedade. É fundamental questionar as práticas autoritárias e as desigualdades presentes nas relações sociais e no campo pedagógico.

Como um caminho para fortalecimento de uma formação emancipadora, a concepção de educação de Adorno (1995, p. 141-142) esclarece-nos:

Evidentemente não a assim chamada modelagem de pessoas, porque não temos o direito de modelar pessoas a partir de seu exterior; mas também não a mera transmissão de conhecimentos, cuja característica de coisa morta já foi mais do que destacada, mas a produção de uma consciência verdadeira. Isto seria inclusive de maior importância política; sua ideia, se é permitido dizer assim, é uma exigência política. Isto é: uma democracia com o dever de não apenas funcionar, mas operar conforme seu conceito; demanda pessoas emancipadas. Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de quem é emancipado.

Para Adorno (1995), o processo de emancipação tem papel fundamental na construção de uma educação democrática ao constituir-se como exercício da autorreflexão crítica para produzir uma consciência verdadeira, pois o autor entende a emancipação como um processo profundo e abrangente que envolve a libertação do pensamento e da ação das formas de dominação e alienação que permeiam a sociedade.

Para construir processos formativos que privilegiem a emancipação e o pensamento crítico, algumas alternativas podem ser consideradas, como revalorizar que a educação deve ter como objetivo a formação crítica do ser humano, e não apenas a preparação para o mercado de trabalho. Isso implica oferecer aos indivíduos uma formação que vá além da mera aquisição de técnicas, além de ser fundamental que os cursos de formação abordem temas como filosofia, ética, história e arte, de forma a estimular a reflexão crítica sobre a sociedade e o papel da educação.

É essencial que a formação incentive a autonomia, o questionamento e a capacidade de analisar criticamente as informações e os discursos dominantes. A

formação necessita estimular que os estudantes construam suas capacidades e habilidades, em vez de se tornarem meros reprodutores de modelos preestabelecidos.

É crucial que as instituições de ensino superior repensem seus currículos e metodologias de forma a superar a semiformação, promover espaços de diálogo entre os profissionais da educação de forma que eles possam compartilhar suas experiências, debater suas práticas e construir, coletivamente, alternativas para os desafios da educação.

É importante ressaltar que a construção de processos formativos emancipatórios exige um enfrentamento constante à lógica neoliberal, que busca reduzir a educação a um instrumento de adaptação ao mercado. A resistência organizada, a construção de projetos alternativos e a luta por políticas públicas que valorizem a educação como um direito são caminhos essenciais para garantir que a EPT seja uma possibilidade à transformação social.

## **CONSIDERAÇÕES**

Uma análise realizada ao longo deste artigo evidenciou a influência da racionalidade instrumental na formulação e implementação de políticas públicas educacionais, especialmente no campo da educação profissional e tecnológica (EPT) no Brasil. A partir da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, exploramos como a lógica da eficiência econômica tem moldado as práticas educacionais, restringindo o potencial emancipatório da educação ao convertê-la em um instrumento de adequação dos indivíduos às demandas do mercado de trabalho.

A pesquisa bibliográfica e documental revelou que as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNEPT) de 2021, ao evidenciarem a formação de competências profissionais focadas na empregabilidade, reforçam a racionalidade instrumental, que subordina a educação aos imperativos do capital. A educação, como enfatizada por Adorno (1995, 1996), necessita ser um espaço de resistência às formas de dominação e alienação, oferecendo aos indivíduos a possibilidade de desenvolver uma consciência crítica e a capacidade de atuar como agentes de transformação social.

Nesse sentido, apontamos a importância de novos estudos que investiguem de forma empírica como esses processos se manifestam no cotidiano das instituições de ensino profissional e tecnológico. Pesquisas de campo que observam a prática pedagógica e as experiências dos estudantes poderão fornecer *insights* importantes sobre como a

racionalidade instrumental impacta a formação dos indivíduos e como estratégias de resistência e emancipação podem ser inovadoras no ambiente educacional.

Além disso, é essencial que o debate acadêmico sobre a instrumentalização da educação seja constantemente ampliado com especial atenção ao campo da EPT. O diálogo com os teóricos da Teoria Crítica pode continuar a orientar a análise das práticas educacionais e das políticas públicas permitindo que novas propostas surjam para promover a educação que vá além da lógica mercantil.

Finalmente, como alternativas ao modelo atual, é crucial revalorizar a formação integral do ser humano priorizando não apenas a preparação para o mercado de trabalho, mas também o desenvolvimento de competências críticas, filosóficas e éticas. A formação de professores necessita ser ampliada para incluir reflexões sobre filosofia, ética e história de modo a promover espaços formativos que promovam a autonomia intelectual e a capacidade de questionamento. A luta por políticas públicas que valorizem a educação como um direito e não como uma mercadoria é, portanto, um passo fundamental para que a EPT se torne, de fato, um possível instrumento de transformação social.

## **AGRADECIMENTOS**

À CAPES pela oportunidade e incentivo à pesquisa na concessão de bolsa de estudos.

## **REFERÊNCIAS**

ADORNO, T. W. Educação e emancipação. In: **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, P. 141-142, 1995.

ADORNO, T. W. Teoria da Semicultura. Trad. Newton Ramos-de-Oliveira; Bruno Pucci e Cláudia Barcelos de Moura Abreu. **Revista Educação e Sociedade**, n. 56, ano XVII, dezembro de 1996, P. 388-411. Disponível em: [http://www.primeiraversao.unir.br/artigos\\_pdf/191\\_.pdf](http://www.primeiraversao.unir.br/artigos_pdf/191_.pdf). Acesso em: 13 out. 2024.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL, MEC / CNE/ CEB. **Parecer Nº 16, de 05 de outubro de 1999**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, MEC, 1999. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnibpcapjpcglclefindmkaj/http://>

[portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PCNE\\_CEB16\\_99.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PCNE_CEB16_99.pdf). Acesso em: 14 out. 2024.

BRASIL. **Lei n. 9394/96**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei Federal n. 5.692/1971, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF: 1971. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15692.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm). Acesso em: 10 out. 2024.

FREITAS, L. C. Responsabilização, meritocracia e privatização: conseguiremos escapar ao neotecnicismo? In: **Seminário de Educação Brasileira, Centro de Estudos Educação e Sociedade**. Campinas, fev, 2011. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://mapeal.cippec.org/wp-content/uploads/2014/06/Plano-Nacional-de-Educa%C3%A7%C3%A3o-questiones-desafiadoras-e-embates-emblem%C3%A1ticos.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 18 set. 2024.

HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão**. Tradução de Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Centauro, 2002.

MORAES, C. S. V.; REIS, E. D.; ALENCAR, F. Educação profissional paulista e relações público-privadas na política curricular: Centro “Paula Souza” (1995–2018). **Revista Brasileira de Educação**. v. 27, e270005, p. 12, 2022. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003091830> Acesso em: 14 out. 2024.

PELLISSARI, L.B. A reforma da educação profissional e tecnológica no Brasil: 2016 a 2021. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 39, e37056, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/37056/37760>. Acesso em: 07 out. 2024.

PUCCI, B. A Ontologia da Semiformação em tempos de neoliberalismo. **Veritas**, Porto Alegre, v. 63, n. 2, p. 595-613, maio-ago/ 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/veritas/article/view/30764/17335>. Acesso em: 11 out. 2024.

SILVA, A. V. M. Neotecnicismo - a Retomada do tecnicismo em novas bases. **Rev. Ens. Educ. Cienc. Human**, Londrina, v. 19, n.1, p. 10-16, abr. 2018. Disponível em: <https://revistaensinoeducacao.pgsskroton.com.br/issue/view/345>. Acesso em: 14 out. 2024.

SILVA, F. L. Conhecimento e Razão Instrumental. **Psicologia USP**, São Paulo, v.8, n.1, p. 11-31, 1997. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/107575/105994>. Acesso em: 06 out. 2024.